



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

**EMENDA Nº - CMMPV 1303/2025**  
**(à MPV 1303/2025)**

Acrescente-se art. 70-1 ao Capítulo X da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 70-1.** Na lei orçamentária do exercício de 2026, o montante autorizado para a soma dos identificadores de resultado primário (RP) RP 6, RP 7 e RP 8 de que trata o § 4º do art. 7º da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024, deverá corresponder a até 85% (oitenta e cinco por cento) da soma do montante autorizado pela Lei Orçamentária Anual de 2025 (Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025) para esses indicadores.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, no orçamento de 2026, limitar em 85% o total destinado às emendas parlamentares autorizado no orçamento de 2025. Há três tipos de emendas parlamentares: i) as emendas individuais (identificadas por RP 6), de execução obrigatória; ii) emendas de bancada estadual (identificadas por RP 7), também de execução obrigatória; e iii) emendas de comissão permanente de cada uma das Casas do Congresso Nacional, ou de comissão permanente mista (identificada por RP 8), de natureza discricionária.

Ao limitar o total destinado às emendas parlamentares em 85% do montante autorizado em 2025, estaremos, na prática, reduzindo o montante alocado para emendas de comissão, que são as únicas que não possuem garantia



constitucional. Essas emendas de comissão transformaram-se, na prática, em substitutas do “orçamento secreto”, declarado inconstitucional pelo STF. São valores distribuídos de forma não igualitária, sem qualquer fundamento técnico e pouco transparente. Estima-se que a economia, apenas em 2025, possa chegar a aproximadamente R\$ 7,5 bilhões.

Reduzir o montante destinado às emendas de comissão, além de meritório *per se*, permitirá reduzir as despesas da União e, com isso, contribuir para o necessário esforço fiscal que esta Medida Provisória tenta empreender.

Conto, assim, com a sensibilidade do Relator e com o apoio dos Pares para a aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 16 de junho de 2025.

**Senador Alessandro Vieira**  
(MDB - SE)

